

ATA 07/02 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

1
2 Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, reuniu-se
3 extraordinariamente às dezenove horas na sede da Associação dos Funcionários da SMS
4 de POA, a plenária para deliberar sobre a seguinte pauta: **1) Leitura e aprovação da Ata**
5 **n.º 06/02; 2) Informes; 3) Hospital de Clínicas de Porto Alegre; 4) Hospital**
6 **Penitenciário. Conselheiros presentes:** Nei Carvalho, Rosemary Coutinho, Paulo
7 Ricardo Barbosa, Riograndino de Oliveira, Ronald Wolff, Neuza Heinzelmann, Ione
8 Nichele (FJ), José Dutra, Osmar Maschio, Zilda Martins, Maria Ivone Dill, Regina Lender,
9 Francisco Mazzuca, Sylvia Fonseca, Paulo Viaro (FJ), Ana Cine, José Carlos Pintado,
10 Tânia Merque, Célia Ruthes, Rosa Harzheim, Ana Maria Moreira, Rosângela Schneider,
11 Roger dos Santos Rosa (FJ), Reny Bigolin, Joaquim Kliemann, Leda Fantinelle. **Não**
12 **conselheiros:** Hilton Fassafi, Deoclides de Almeida, João Valdir Corrêa, Marli Rubert,
13 Leonir Santos, Cristiano Mederos, Giovana Monteiro, Susana Jardim, Lori Gregori, Felipe
14 de Oliveira, Luís Carlos Bolzam, Jaime Silveira, Sami El Jundi, Lenita Parisotto, Maria
15 Elizabeth Calovi, Maria Alice Calvete, João Antonio Rodrigues, Luis Carlos Bortolini,
16 Mauricio Dias, Carlos Ribeiro, Jair Ferreira, Rogério Friedman, Carlos Maidana,
17 Ravardiere Gama, Camila Boff, Ângela Smaniotto, João Roberto Menezes, Marne
18 Porciúncula, Mairlene Schlee, , Everton Breyer, Marta Costa, Alexander da Cunha, Luiz
19 Armando, Maria Luiza Jaeger, Marco Antonio dos Santos, Juscelino Godinho, Marcelo
20 Bósio, Derocy da Silva, Dirceu Dalmolin, Carmen Jasper, Eduardo Trainini, Luciana
21 Nussbaumer, Anemari Theisin, Rosemeri Pradié, Alberto Gabellini, Antelina Ott, Alair
22 Silva, Jane Pilar, André Maciel, Julio Boehl, Suzane Kummer, Márcia Oliveira, Fabiane
23 Nieto, Joana Pargendler, Luiz Antonio Domingues, Maria Lectícia Garcia, Roberta Rossi,
24 Mirian Zanatta, Carlos Airton dos Santos, Danilo Farias, Maria Baldasso, Marco Antonio
25 dos Santos, Milton Menzelh, Maria Sirena, Vânia de Andrade, Gislaine Estigarribia,
26 Marcos Breunig e Silvia Martins. **1) Leitura da Ata n.º 06/02:** Conselheira Ana Cirne faz a
27 leitura da mesma que após correções é aprovada por unanimidade. **2) Informes:** Sra.
28 Maria Luiza Jaeger, Secretária de Saúde do Estado, informa que o Laboratório LACEM
29 em novas instalações, será inaugurado dia 26/04. Explica rapidamente o funcionamento
30 do mesmo e convida a todos para a cerimônia., Dra. Luciana Nussbaumer, da
31 ASSEPLA/SMS, convida para a II Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador, nos
32 dias 03 e 04 de maio de 2002, a ser realizada no Colégio Júlio de Castilhos e Hospital de
33 Clínicas e distribui a programação. **3) Hospital de Clínicas de Porto Alegre:**
34 Coordenador Humberto, inicia informando que o que faz o CMS discutir hoje o HCPA,
35 refere-se a uma nota publicada no Jornal Zero Hora, dia 06/04/02 e faz a leitura da
36 mesma (em anexo). Destaca que sendo o CMS a instância máxima da Saúde em Porto
37 Alegre, órgão de Controle do Sistema Único de Saúde - SUS, no momento em que
38 acontece uma denúncia na imprensa e ela se torna de domínio público faz-se necessário
39 atendê-la. Sr. Diretor do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Dr. Sérgio Pinto Machado,
40 convidando para esclarecimentos em plenária do Conselho para tanto foi enviado ofício
41 (em anexo). Silvia, Secretaria Executiva, lê ofício de resposta do HCPA e os
42 representantes designados: Professor Jair Ferreira, Professor Rogério Friedman e Dr.
43 Carlos Alberto Ribeiro. Coordenador Humberto coloca que a Faculdade e o Hospital de
44 Clínicas, no imaginário da população se misturam, pois ambas as instituições estão
45 formando para o mercado de trabalho sendo o SUS o maior empregador e faz-se
46 necessário entender esta denúncia para saber de que modo estão sendo formados os
47 jovens acadêmicos. Após abre espaço para o Hospital de Clínicas e Faculdade falarem
48 como estão frente a estes problemas e que encaminhamentos estão sendo realizados.
49 Prof. Jair Ferreira Assessor do Diretor do HCPA e professor da Faculdade de Medicina
50 informa, que a Direção do HCPA, tomou conhecimento da denúncia em 03/04 e foram
51 tomadas as devidas providências. Esclarece que Dr. Carlos Alberto Macedo, Diretor
52 Médico, afastou-se do cargo e como a denúncia cita médicos e pacientes o próprio HCPA

53 instaurou sindicância, composta de três professores, um assessor jurídico, presidida por
54 um dos professores, com acompanhamento do Dr. Luiz Carlos Weber do Ministério
55 Público. Faz a leitura da nota do jornal e a interpreta como ela dá impressão diferente dos
56 fatos ocorridos destacando que a “prática seria comum” foi dito pelo Dr. Macedo e que os
57 “pacientes também poderão ser responsabilizados” foi dito pela Secretária Adjunta Ana
58 Boll. Ressalta e pede que conste nesta ata que o registrado na ata anterior, cobrança
59 indevida, não é verdadeiro, pois o Hospital não cobra nenhum procedimento. Prof. Jair
60 assegura que o Hospital de Clínicas não acoberta atitudes erradas e envia para o
61 Conselho de Ética os casos em que a mesma foi ferida, o que será feito neste caso, se for
62 confirmado. Esclarece que nos quartos existem cartazes informativos, há mais de 1000
63 profissionais médicos no hospital e qualquer cobrança é investigada. Se alguém cobrou
64 foi em benefício próprio, nunca do Hospital. A posição do Hospital não é pré julgar e que
65 só fará uma declaração após concluída a sindicância. Dr. Mauro Shepelevisk, Vice-Diretor
66 da Faculdade de Medicina, expressa sentimento de tristeza pois a Faculdade nem
67 sempre é chamada para outras atividades. A denúncia provocou uma grande discussão
68 nas diversas instâncias da mesma, já que o envolvido é um professor. Salaria que a
69 Faculdade de Medicina atua em outros locais e segmentos que não são só o HCPA e que
70 a posição é aguardar as investigações e sindicâncias para tomar as providências
71 cabíveis. Agradece a oportunidade e se coloca à disposição. Coordenador Humberto abre
72 espaço para os convidados se manifestarem. Sr. Luiz Bolzam, Vice-Presidente do
73 Conselho Estadual de Saúde diz que o Conselho procura acompanhar o SUS em todo
74 Estado e infelizmente são comuns as denúncias. Reafirma a legislação do SUS, que
75 cobrança aos usuários é crime, ilegal não havendo respaldo na questão legal e ética.
76 Destaca que denúncias de casos de cobrança são bastante comuns e não são restritas
77 apenas a um hospital, pois centenas de prestadores cobram. A seguir provoca discussão
78 em dois pontos: a formação universitária não contempla procedimentos técnicos e
79 atuação nas políticas públicas e a relação dos prestadores com seus profissionais, pois
80 não existe ingerência sobre o atendimento prestado à população. Destaca a importância
81 dos cartazes, embora sejam insuficientes. Coordenador Humberto solicita que o
82 acadêmico Felipe leia a carta do Centro Acadêmico Sarmiento Leite (em anexo). A seguir,
83 Dr. Joaquim Kliemann, Secretário da SMS, pondera que a Secretaria, como gestor do
84 Sistema de Saúde, é responsável pela averiguação da denúncia e que foi instaurada uma
85 sindicância com acompanhamento do Ministério Público. Salaria a importância de
86 colocar a diferença entre uma instituição pública, e pessoas que lá trabalham. Ressalta
87 que o HCPA é uma instituição respeitada, cujo conceito com a qualidade do serviço
88 prestado é reconhecido, o que não exime de que seja responsável pelos erros e que seja
89 investigado até as últimas conseqüências. Destaca a parceria com o Ministério Público
90 Federal na regulação dos leitos e internações de traumatologia, ortopedia, embora haja
91 resistência dos prestadores em submeter-se à regulação. A partir de então nenhuma
92 internação, será paga sem passar pela Central de Regulação. Sra. Maria Luiza Jaeger,
93 Secretária de Saúde do Estado afirma que neste momento é importante a implantação do
94 Conselho Gestor no HCPA. Questiona se os hospitais públicos podem ter duas portas de
95 entrada e que há uma discussão à nível nacional. Enquanto Estado todas denúncias que
96 chegam são examinadas e aberto Auditoria. A seguir a plenária se manifesta. Conselheira
97 Ana Cirne, coloca que as portas de atendimentos do SUS são a Emergência e a Central
98 de Marcação de Consultas Especializadas – CMCE. Se não entrar por estes meios, não
99 poderá ocupar leitos do SUS. Quanto à Sindicância, precisa haver uma divulgação mais
100 ampla. Sr. Deoclides afirma que o particular está ocupando os espaços do SUS e que
101 pelo dinheiro que o governo arrecada tem pouco atendimento. O SUS é massacrado,
102 sendo necessário fiscalizar mais rigidamente todos os hospitais antes que piore. Dr.
103 Derocy, salienta a edição das reportagens e pergunta se as comissões já solicitam à RBS
104 as fitas originais. Questiona qual é a oferta deste Hospital de consultas ao SUS e se

105 membros deste Conselho poderão acompanhar a Sindicância. Conselheira Rosimeri, fala
106 que precisa haver no Hospital de Clínicas a obrigatoriedade do Conselho Gestor. Sra.
107 Antelina afirma que o maior índice de irregularidade é em relação às órteses e próteses.
108 Prof. Jair responde que as consultas são todas pelo SUS e que o mesmo não cobre os
109 gastos do Hospital. A folha trabalhista é de 100 milhões. Informa que os investimentos
110 40% são provenientes do SUS e 60% de outros convênios. O Hospital é referência
111 secundária e terciária, e presta, pelo SUS, consulta especial em programa especial. Dr.
112 Kliemann, salienta que esta sindicância tem uma especificidade e se surgir algo mais será
113 encaminhado devidamente. Refere que o Hospital atende 7% em traumatologia e deveria
114 ser 25%. Dr. Leonel, da Assessoria Jurídica/SMS, informa que a Comissão de
115 Sindicância, criada através da Portaria nº 62/02 de 22/04/02 é integrada por três
116 sindicantes. A mesma é pública, pode ser acompanhada por quem solicitar e neste caso
117 o Conselho poderá participar. Dr. Kliemann diz que foi “insinuado” na notícia, que se
118 algum usuário utilizar este mecanismo ilícito para obter privilégios, deverá ser
119 responsabilizado. Sra Maria Luiza, Secretária Estadual da Saúde, informa que o Governo
120 do Estado, Prefeitura Municipal e Hospital Conceição, estão discutindo sobre o problema
121 de órteses e próteses, e está sendo analisado o que está acontecendo neste setor.
122 Senhora Marilene, representante do SINDSAÚDE pergunta se o investigado continua nas
123 funções e que deve-se investigar outros setores, porque há cobrança sim, não só no
124 Clínicas e não só na Traumato, mas no setor de RX, Fisioterapia e Cardiologia. Conselheiro
125 Ronald, pergunta se existe alguma idéia no HCPA de aumentar a fiscalização de
126 irregularidades. Sr. Milton, do SINDSAÚDE, pergunta o que vai ser feito com este cidadão
127 que confessou que o HCPA lesa o cidadão que usa o SUS. Sr. João, questiona porque a
128 sindicância interna não envolve outros órgãos, somente professores do próprio hospital.
129 Conselheira Rosa questiona a origem de entradas dos usuários que não seja através da
130 Central de Marcação de Consultas Especializadas – CMCE. Acadêmico Marcos, salienta
131 que a Comissão que hoje fiscaliza tem como fazer o aprimoramento técnico das portas de
132 entrada do Hospital, que é necessário colocar em pauta RH e questiona como é aplicada
133 a verba do FIDEPS. Conselheira Rosângela, diz que é necessário alertar a população
134 sobre a intimidação em relação a cobrança pelo SUS. Sr. Deoclides, pergunta se há
135 possibilidade do HCPA atender somente SUS e convênios e suspender o atendimento
136 particular. Prof. Jair, informa que o profissional tomou a iniciativa de se afastar. Salienta
137 que se há conhecimento de outras irregularidades que sejam denunciadas pois serão
138 investigadas com a presença do Ministério Público. Coloca que não foram ouvidas ainda
139 as perguntas feitas ao profissional, e que não pode haver pré-julgamento. Foi solicitado
140 cópia da fita à RBS. Destaca que fazem parte da Auditoria o Dr. Jairo Gonçalves,
141 Assessor Jurídico, César Costa, Professor e o Dr. Carlos Alberto Pronpt, Diretor
142 Administrativo. Em relação as consultas, informa que no ambulatório 54% são de Porto
143 Alegre, 32% da Região Metropolitana, 13% do restante do Estado e 2% outros. Na
144 emergência 63% de PoA, 21% RM, 0,4% Estado e 0,1% outros. Na internação 53% PoA,
145 32% RM, 14% Estado e 0,3% outros. Destaca a obrigatoriedade do hospital em prestar
146 assistência, ensino e realizar pesquisa quanto ao FIDEPS, parte da verba é para cobrir
147 despesas em programas de pesquisa. Sr. Bolzam, diz que não é o usuário que deve ter
148 medo de fazer a denúncia e sim o profissional de cobrar, porque esta infringindo a lei. Nas
149 cidades pequenas o controle funciona melhor. Salienta que o CES está a disposição dos
150 estudantes para discutir. Registra a falta do CREMERS na reunião e que são raros os
151 conselhos que têm coragem de cassar o registro profissional de acordo com o código de
152 ética, em função do cooperativismo. Coordenador Humberto, em resposta ao Prof. Mauro,
153 esclarece que não há necessidade de convite, pois o CMS tem dez anos, reúne-se
154 permanentemente, tem representantes da classe médica, é aberto e que o Controle
155 Social deve ser feito por todos. O HCPA deve vir mais vezes, inclusive para discutir a
156 Unidade Básica que está sendo construída pelo mesmo. Convida os representantes do

157 Hospital para a reunião do Núcleo de Coordenação, deste Conselho, do dia 23 de maio
158 para discutir esta unidade. A seguir convida o jornalista Giovani Grizotti a falar. Este diz
159 que não tem autorização da RBS, mas fala enquanto cidadão. Esclarece que o Hospital
160 pode solicitar a fita pois tem coisas piores do que o que foi ao ar. Dr. Derocy, sugere que
161 todas as entidades presentes, solicitem à RBS a gravação da entrevista. Dr. Mauro
162 contesta que o Coordenador não respeitou a ordem de inscrição. Em resposta ao
163 representante do SES, diz que é Vice-Diretor da Faculdade de Medicina há 5 anos e não
164 concorda com o que foi dito. Ressalta que se o mesmo conhecer 5% do trabalho da
165 medicina da UFRGS terá orgulho do trabalho lá desenvolvido. Dr. Kliemann, diz que o
166 prazo dado, pelo Ministério Público, para a regulação dos leitos de traumatologia e
167 ortopedia é de 90 dias. Quanto ao FIDEPS, esclarece que o valor é fixo, não é para
168 complementação de tabelas, e sim, única e exclusivamente ao citado. Dr. Leonel declara
169 que foram nomeados para investigar uma denúncia sobre pessoa específica e que o
170 processo vai correr obedecendo aos ritos da lei. Não se pode atropelar os direitos de um
171 réu confesso para ele não se transformar num réu impune. Secretária Maria Luiza, diz
172 que há uma ação conjunta entre SMS/SES sobre a traumato-ortopedia no RS. Destaca
173 que cobrança é ilegal e tem que ser acompanhada e julgada. É absolutamente necessária
174 a criação do Conselho Gestor, pois o HCPA é referência e precisa ser acompanhado.
175 Com relação a fita a RBS tem fornecido gravação quando solicitado e tem servido como
176 prova em vários processos. Coordenador Humberto, solicita ao Dr. Derocy que faça o
177 pedido da fita à RBS, via Ministério Público, para conhecimento da SES, SMS, CES,
178 CRMS, CMS, HCPA, Centro Acadêmico, Comissão de Saúde da Câmara e da
179 Assembléia Legislativa. Sr. Valdir solicita que conste nos autos da Sindicância, parecer do
180 Ministério Público. Coordenador Humberto agradece a presença do HCPA e Faculdade.
181 Coloca em votação a continuidade da reunião com a pauta sobre o Hospital Penitenciário,
182 e os conselheiros optaram por transferir para outra reunião. Foram entregues aos
183 Conselheiros cópias do Contrato de Metas e Convênio para conhecimento. A reunião
184 encerrou-se às 22h.

185
186
187 Humberto José Scorza
188 Coordenador do CMS/POA

Lenita Parisotto / Silvia Martins
Secretaria Executiva

Ata aprovada na reunião do plenário de 02/05/02.